

**PROJETO DE LEI Nº 011/2024, DE 14 DE MARÇO DE 2024.**

Altera disposições da Lei 1065/2009 e estabelece percentuais do Passivo Atuarial para o exercício de 2025 e subsequentes, e dá outras providências.

**EDUARDO PICOLOTTO**, Prefeito Municipal de Água Santa, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**Faz saber**, que enviou para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Altera a redação do Art. 13, da Lei Municipal nº 1.065, de 29 de dezembro de 2009, no que tange aos percentuais de contribuição e taxa de administração, passando a vigor com a seguinte redação:

”” **Art. 13** Constituem recursos do RPPS:

I A contribuição previdenciária, de caráter compulsório dos servidores públicos ativos e em disponibilidade remunerada de qualquer dos Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de **14,00% (quatorze por cento)**, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição;

II a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, dos servidores públicos inativos e pensionistas de qualquer dos Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de **14%** incidentes sobre o valor da parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência social, sendo que, em relação aos inativos portadores de doenças incapacitantes, assim definidas em lei, a contribuição incidirá sobre o valor da parcela dos proventos que superem o dobro desse limite.

III a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, de todos os órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de **15,45%**, a título de alíquota normal, incidente sobre toda a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, em disponibilidade remunerada.

IV Adicionalmente à contribuição previdenciária patronal prevista no inciso III deste artigo, todos os Órgãos e Poderes do Município, incluindo suas autarquias e fundações a título de recuperação do passivo atuarial e financeiro contribuirão com alíquota incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, em disponibilidade remunerada, nas seguintes razões:

EXERCÍCIO	ALÍQUOTA	EXERCÍCIO	ALÍQUOTA
2024	17,97%	2041	22,71%
2025	22,71%	2042	22,71%
2026	22,71%	2043	22,72%
2027	22,71%	2044	22,72%
2028	22,71%	2045	22,72%
2029	22,71%	2046	22,72%
2030	22,71%	2047	22,72%
2031	22,71%	2048	22,72%
2032	22,71%	2049	22,72%
2033	22,71%	2050	22,72%
2034	22,71%	2051	22,72%
2035	22,71%	2052	22,72%
2036	22,71%	2053	22,72%
2037	22,71%	2054	22,72%
2038	22,71%	2055	22,74%
2039	22,71%	2056	- - -
2040	22,71%		

**Art. 2º** Permanecem em vigor as demais disposições da Legislação mencionada.

**Art. 3º** As disposições da presente Lei ficam inclusas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes neste exercício.

**Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2025.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA SANTA  
14 de Março de 2023.

**EDUARDO PICOLOTTO**  
Prefeito Municipal

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 011/2024**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,  
Senhoras Vereadoras,

Encaminhamos o presente projeto de lei, que altera os percentuais de contribuição ao RPPS para o exercício de 2023.

O Laudo Atuarial estabeleceu os novos percentuais a serem aplicados no exercício de 2025, visando à manutenção do equilíbrio atuarial e a recuperação do Passivo apurado em 31/12/2023 dos benefícios concedidos e a conceder.

- alíquota de contribuição dos servidores ativos - 14%;
- alíquota patronal normal – 15,45%;
- Alíquotas necessárias para recuperação do passivo atuarial na razão de: de 17,97% no exercício de 2024, de 22,71% nos exercícios de 2025 a 2042, de 22,72% de 2043 a 2054, e de 22,74% no exercício de 2056.

Insta esclarecer que o equacionamento proposto é o mesmo vigente hoje, demonstrado pelo cálculo atuarial a manutenção das referidas alíquotas. **Grifo:**



Portanto, atestada a adequação às regras impostas pelo MPS no que se refere à estruturação mínima necessária para a sequência de pagamentos do déficit atuarial equacionado, bem como ao limite máximo estabelecido para o aumento do novo déficit atuarial apurado em relação àquele anteriormente equacionado<sup>10</sup>, **não há a necessidade de que o plano de amortização implementado em lei seja alterado**, podendo ser mantido da forma como está previsto na respectiva norma.

Diante do exposto esperamos a aprovação unânime do presente Projeto, pelos membros desta Colenda Casa Legislativa, para que possamos encaminhar a referida legislação ao Ministério da Previdência para ficarmos em “*Situação Regular*” perante o mesmo.

Atenciosamente;

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA SANTA  
14 de Fevereiro de 2024.

**EDUARDO PICOLOTTO**  
Prefeito Municipal

Ilmo Sr.  
**Ver. JOCIEL PEREIRA DA SILVA**  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Água Santa - RS